



RELATÓRIO DA 12ª REUNIÃO DO FÓRUM DE GESTÃO DE PESSOAS – MSNP/MMA

Data: 21/02/2018

Local: Sala 931 do MMA

Horário: 09:30hs às 17:00 hs.

- Participantes pela Bancada governamental:

MMA – Sr Romeu Mendes - Coordenador da Mesa Setorial, Sra. Adriana Xavier – Coordenadora Geral de Gestão de Pessoas – CGGP/MMA e Coordenadora do Fórum de Gestão de Pessoas; Jadson Ferreira – responsável pelo Setor de Legislação do MMA, Sr. Eli do Bonfim – responsável pela divisão de Qualidade de Vida do MMA e Silvana assessora da CGGP/MMA.

IBAMA - Wagnel Rodrigues – Coordenador Geral de Gestão de Pessoas – CGGP/IBAMA e Pedro Raimundo

ICMBio: Helena Machado – Coordenadora Geral de Gestão de Pessoas – CGGP/ICMBio; Thais Ferraresi Pereira e Renata Adjuto de Melo

SFB: Priscila Candice Ferreira Bonfim.

- Participantes pela Bancada dos servidores:

CONDSEF/FENADSEF: Jussara Griffó, Vera Élen Nascimento Freitas, Conceição Ferreira e Maura Leão.

Ascema Nacional: Nicélio Silva e convidados: Jonas Correia, Lindalva Cavalcanti e Alex Bernal

Pauta:

1. Informes sobre a reunião com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG;
2. Discussão sobre a proposta apresentada pela CONDSEF e Ascema Nacional sobre a reestruturação da Carreira;
3. Apresentação do IBAMA e ICMBio: experiências com núcleo de gestão de conflitos; e
4. Discussão sobre a proposta apresentada pela CONDSEF e Ascema Nacional sobre a reestruturação da Carreira (continuidade);



Acrescentado à pauta (a pedido):

a) MPV 809/17

Hoje, 21/02/2018, às 09:30hs, no Ministério do Meio Ambiente – MMA, em Brasília - DF, ocorreu a 12ª Reunião do Fórum de Gestão de Pessoas, instância da Mesa Setorial de Negociação Permanente, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente – MSNP/MMA, que contou com os representantes do MMA, IBAMA, ICMBio, SFB, CONDSEF/FENADSEF e Ascema Nacional. A reunião tratou dos pontos elencados na Pauta supramencionada e dos encaminhamentos relacionados a 11ª. Reunião com os seguintes desdobramentos:

- a) Quanto a situação dos dias parados 28/04 e 30/06, debatido na 11ª. Reunião a Coordenadora do Fórum de Gestão de Pessoas informou já ter sido elaborado a Nota Técnica utilizando-se dos documentos enviados pela CONDSEF e Ascema Nacional que demonstram o descumprimento do Acordo firmado com as referidas entidades e o MPDG. O intuito do envio da Nota Técnica do MMA é ser revista a Nota Técnica Nº 9397/2017 do MPDG. Agora só falta o Sr. Romeu assinar para poder ser enviado ao MPDG.
- b) Quanto aos efeitos financeiros retroativos da GQIII, debatido na 11ª. Reunião foi informado que o processo já se encontra na CGU/AGU, para análise e parecer, por haver divergência entre o posicionamento da CONJUR/MMA e CONJUR/MPDG.
- c) Em relação a solicitação feita pela CONDSEF na reunião anterior quanto a ser feito convênios com planos estaduais como por exemplo o IPASGO: Foi informado que será feito uma análise pelas vinculadas quanto a possibilidade de ser feito este tipo de convênio, o Sr. Wagnel informou ainda que a SUPES/GO também formalizou essa solicitação e a CGGP/IBAMA está analisando o processo, para ver se o IPASGO preenche os critérios estabelecidos nas normativas de maneira que possa ser feito o convênio e o repasse da contrapartida.
- d) Curso de negociação coletiva – ainda não foi verificado, na próxima reunião será apresentado os encaminhamentos que serão feitos (vai ser analisado se poderá ser contemplado dentro do PAC do MMA, neste momento o PAC ainda está em elaboração). A CONDSEF se colocou à disposição para colaborar por ter uma seção do DIEESE na entidade.



Após os informes quanto aos desdobramentos da reunião anterior passou para a pauta da reunião:

1. O ponto de pauta acrescentado: MPV 809/17 foi o primeiro a ser discutido e a ter encaminhamento. Os dois institutos (IBAMA e ICMBio) informaram que foram feitos documentos com justificativas para subsidiar o Ministério do Meio Ambiente através de sua ASPAR em relação as emendas apresentadas (31 emendas, em dezembro saiu a nota descritiva da MPV e das emendas: <https://goo.gl/VTTN4K>) e ao próprio texto da MPV 809/17, que pretende terceirizar as atribuições dos técnicos da CEMA. A Coordenadora do Fórum, Sra. Adriana Xavier ficou responsável de buscar informações sobre os encaminhamentos que estão sendo feitos pela ASPAR, com relação a MPV 809/17, com a urgência necessária, devido ao prazo de vigência (04/12/2017 a 14/03/2018 - Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN. O prazo inicial de vigência de uma MPV é de 60 dias e é prorrogado automaticamente por igual período caso não tenha sua votação concluída nas duas Casas do Congresso Nacional. Se não for apreciada em até 45 dias, contados da sua publicação, entra em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.) a possibilidade de ser votada com a redação atual irá causar problemas para a CEMA, também conversará com o SECEX sobre a necessidade de se ter uma reunião com os presidentes das vinculadas e representantes da CONDSEF e Ascema Nacional sobre o assunto. Foi informado já ter sido composta a Comissão Mista da Medida Provisória <https://goo.gl/YL5pxL>.
- 2) A Ata da 11ª Reunião do Fórum de Gestão de Pessoas - MSNP/MMA, realizada em 10.11.2017, foi lida e aprovada;
- 3) Informes da reunião no MPDG,(dia 16/02) ocorrida no bloco C, Participou dessa reunião os representantes das CGGPs do MMA, ICMBio, IBAMA, Jardim Botânico e o Sr. Romeu – SECEX do MMA e a equipe do Secretário de Gestão de Pessoas do MPDG Sr. Augusto Akira Chiba e sua equipe, os pontos tratados foram: **a) concurso público e dimensionamento da força de trabalho** – O MPDG não deu expectativa para autorizar concursos, o MPDG que conduzirá o processo do dimensionamento e contratou a UNB para fazer este estudo. Abriu-se uma pequena possibilidade da permissão de concurso para o licenciamento (pedido de 342 analistas). Farão uma reavaliação do pedido do Jardim Botânico que se

encontra em situação crítica quanto a força de trabalho (A Sra Adriana informou neste ponto que o Ministro do Meio Ambiente enviou no final de janeiro um Aviso Ministerial com as solicitações de concurso de todas as vinculadas); **b) PECMA** – foi apresentado a questão dos agentes administrativos e a não isonomia com a CEMA. O Secretário Akira se comprometeu a avaliar a situação, por entender que o impacto financeiro é muito pouco. Deixou transparecer positivamente em relação a buscar uma solução da situação. O MMA ficou de enviar outra Nota Técnica readequando algumas situações; **c) Contrato temporário do SFB** - são 23 temporários. Necessário o reajustamento do texto da Portaria que autorizou a contratação. Da forma atual haverá problema com relação a vigência do contrato. Caso não se resolva essa questão, todos os contratos irão vencer no dia 22 de julho, o que acarretará prejuízo para o SFB. O Secretário Akira se comprometeu a dar uma resposta quanto a essa questão; **d) Processo de progressão e promoção** – a dificuldade de ser feito o trabalho por não ter um programa específico, bem como falta mão de obra para a realização desta tarefa, tem ocasionado um atraso de dois meses para que o servidor possa receber os valores que lhes são de direito (situação que ocorre no MMA); O Secretário Akira ficou de avaliar a possibilidade de solucionar o problema. Nesse momento do relato da reunião, foi perguntado se havia pedido para chamar o 50% (cinquenta por cento) do último concurso do SFB, foi informado pela Adriana Xavier que o SFB não fez nenhum pedido nesse sentido; **e) Alternativas para recompor a força de trabalho em vez de novos concursos** – as opções são: utilização dos empregados da Infraero, anistiados e ex-territórios (AC,RO e AP). Os representantes da gestão esclareceram que aproveitariam esta situação para suprir as necessidades específicas para determinadas profissões, que não existem dentro dos Institutos, como por exemplo: Engenheiros, arquitetos, pedagogos, psicólogos, contadores, etc. A bancada dos servidores demonstrou que apesar de reconhecer ser essa situação um paliativo, existe a preocupação com os problemas que poderão ocorrer, justamente por estarem em uma situação vulnerável e não serem da carreira, o que provavelmente gerará conflitos; **f) Movimentação da carreira**: aproveitaram esta reunião para verificar a possibilidade de se utilizar o que dispõe o § 7º, art. 93 da Lei nº 8.112/90, e que, atualmente, só se aplica ao Ministério do Planejamento, vez que, a carreira é única para os três órgãos. Foi solicitada ao Secretário Akira, a subdelegação de competência para o Ministro do Meio Ambiente autorizar a mobilidade dentro da carreira, a resposta foi para que seja enviado a proposta para o MPDG de

maneira que possa ser analisado o pedido, e **g) Regulamentação do teletrabalho** – Está em processo de finalização as normativas sobre as diretrizes gerais para regulamentação do teletrabalho. Foi informado que haverá uma reunião em março para as tratativas. Existe também o interesse de regulamentar a jornada de trabalho. Foi informado que no ICMBio já existe a regulamentação do teletrabalho. Informaram, também, que a tendência é de 15 a 20% a mais de produtividade para quem quiser fazer o teletrabalho. Wagnel informou que a Portaria de regulamentação do teletrabalho no IBAMA será publicada no dia 23/02/2018, (Portaria 415 de 15 de fevereiro de 2018), e que abrangerá todos os setores. A Adriana informou que o MMA já fez a minuta, estando a mesma na CONJUR para análise; e **h) GSISTE**: Este tema fez parte de outra reunião específica para tal assunto onde foi solicitada um maior número de gratificações, haverá uma nova reunião para tratar do assunto, porém a expectativa de atendimento do pleito é mínima (como as informações foram no mesmo bloco, por isso não abrir um ponto sobre a reunião que tratou do assunto);

- 4) Após os informes sobre a reunião do MPDG, a bancada dos servidores se posicionou contrária a vinda de Analistas de Infraestrutura para a DILIC/IBAMA por solicitação da Direção do IBAMA, alegando que situações como essa tendem a enfraquecer a Carreira, posto que, impede o ingresso de novos servidores, pelo motivo da não realização de concurso público.
- 5) Discussão sobre a proposta de Modernização da Carreira: A primeira informação é que o Ministro do Meio Ambiente pretende encaminhar, antes de sua saída do Ministério (provavelmente final de março), um anteprojeto de lei contemplando a Proposta de Modernização da Carreira. A Sra. Adriana informou que, quanto ao item Inclusão da Pesquisa para todas as vinculadas foi enviado um Aviso Ministerial nº. 113/GM-MMA de 28.07/2017 contemplando este ponto. O entendimento conjunto das entidades é que não tem como separar os pontos constantes na mesma com a finalidade de serem priorizados, porque a proposta da Modernização da Carreira é um conjunto de itens que todos entendem serem importantes para a valorização da CEMA, e que, ainda, nas instâncias das entidades não houve a priorização de alguns pontos em detrimento de outros. Foi esclarecido que a proposta protocolada no dia 01 de setembro de 2017 foi atualizada com o advento da publicação das leis relacionadas ao Termo de Acordo nº 16/15. Ressaltou-se, ainda, que nessa última versão, houve o acréscimo da questão da exigência de graduação para os concursos de técnico

administrativo e ambiental (demanda que já vinha sendo solicitada pelos técnicos, o que gerou a necessidade de formar um GT para analisar e apresentar uma proposta sobre o tema, proposta essa submetida a avaliação dos servidores nas instâncias das entidades e aprovada como um novo ponto de pauta). Desta forma, deliberou-se por enviar a proposta inteira, constando todos os pontos abordados, mesmo aqueles em que haverá impacto financeiro (a preocupação dos representantes da gestão é a questão orçamentária). A bancada dos servidores entende que quem deve tomar a decisão de cortar alguns pontos constantes na proposta apresentada é o MPDG. Após acalorado debate ficou decidido que dois itens não seriam contemplados no Anteprojeto de Lei: **a) reversão do cargo auxiliar** (Ficou a cargo dos representantes da gestão a formalização dos motivos que impedem, nesta atual conjuntura, junto ao governo federal, da conquista desse pleito. Posteriormente, as entidades representativas irão discutir e deliberar em seus fóruns sindicais e associativo, a questão; e **b) transversalidade da carreira** – este ponto de pauta deverá ser retornado aos fóruns das entidades para melhor debate e posicionamento. Foram modificados, para ajustamento das necessidades atuais da carreira, outros dois pontos de pauta: **a) criação de novas vagas para concurso público** - mediante o relato da reunião ocorrida no dia 16/02/2018, no MPDG, houve a concordância entre as duas bancadas, que o ideal seria a alteração para o provimento das vagas já existentes, além de buscar, após o estudo do dimensionamento da força de trabalho, a real necessidade de cada órgão. A Adriana, do MMA, informou que já foi enviado um Aviso Ministerial para o Ministério do Planejamento no ano passado (2017) e reiterado neste ano, sobre o provimento das vagas existentes nos órgãos devido as aposentadorias dos servidores; e **b) destinação de percentual de 2% (dois por cento) para programas de capacitação**- houve o entendimento de que o percentual deverá ser estabelecido após análise da questão pelas instituições. Ficou acordado ainda que, a representação dos servidores subsidiará a gestão com as informações necessárias para as justificativas, que serão apresentadas no anteprojeto de lei.

- 6) No período da tarde, conforme combinado anteriormente, foi realizada apresentação dos modelos que estão sendo levantados ou experiências visando uma mediação de conflitos existentes nos órgãos. A primeira a apresentar foi Helena, Coordenadora Geral da Coordenação de Gestão de Pessoas do ICMBio. A mesma relatou que ela e sua equipe percorreram vários locais que desenvolviam



trabalhos de mediação de conflitos e, que ao final perceberam, que no Instituto, seria necessário algo diferente dos moldes já estabelecidos em alguns órgãos. Assim sendo, traçaram um projeto e, posteriormente, conseguiram a cooperação do Instituto Ipê que contratou o Prof. Marcello Arias para ministrar um curso de formação destinados a 35 (trinta e cinco) alunos, dividido em três módulos, cuja finalização está prevista para o mês de abril de 2018. Relatou que estão aprendendo muito com essa capacitação. A ideia é que posteriormente, seja feito um curso de formação de gestores, de maneira que, os mesmos sejam capacitados para mediar os conflitos existentes no local de trabalho. Terminado a apresentação da Helena foi passada a palavra ao Wagnel, Coordenador Geral da Coordenação de Gestão de Pessoas do IBAMA, que trouxe o convidado Dr. Diogo Silva, Procurador da Fazenda Nacional, para fazer uma apresentação de como foi tratado a questão na ANAC. O mesmo relatou que primeiro criaram um GT (Grupo de Trabalho) com a finalidade de implementar um protocolo de Gestão de Conflitos de Pessoal. Posteriormente, foi criado um comitê que é multidisciplinar, com a participação de membros da Comissão de Ética, Corregedoria, Ouvidoria e Gestão de Pessoas para tratar das denúncias ou processos que versam sobre os conflitos. Relatou que observaram na maioria das vezes, o que realmente ocorreu foi a falta de diálogo entre os servidores da ANAC e, que após a implementação do diálogo entre as partes conflitantes várias situações foram resolvidas de forma eficaz. O embrião que começou como GT, hoje é um Comitê de Gestão de Conflitos que tem dado certo. Terminou dizendo que o diálogo é uma questão muito importante na qual se deve investir. Ao final dos relatos houve a compreensão de todos que essas experiências, cursos e modelos devem ser expandidos no MMA e nas vinculadas.

Por último informamos que 13ª. Reunião do Fórum de Gestão de Pessoas está pré-agendada para o dia 23 de março de 2018.

É o Relatório.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2018.

Direção da Condsef/Fenadsef

**Vera Élen N. Freitas
Coordenadora do DENTMA**